A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ARTES AFRICANAS NAS ESCOLAS DE SÃO PAULO

EDERSON EDUARDO DOS SANTOS

RESUMO
Este artigo discute a relevância do ensino de Artes Africanas nas escolas da Rede Municipal de São Paulo, analisando fundamentos históricos, sociais e pedagógicos que consolidam a educação antirracista como princípio norteador das práticas escolares.
À luz da Lei nº 10.639/2003, da BNCC e do Currículo da Cidade de São Paulo, examina-se como o ensino das linguagens artísticas africanas contribui para combater o racismo estrutural, ampliar repertórios culturais, valorizar identidades negras e promover uma formação estética e crítica de crianças e jovens. A partir de autores como Fanon, Mbembe, Sodré, Hooks, Luduvice, Ribeiro e Kilomba, aprofunda-se a compreensão sobre o papel da arte como ferramenta de desconstrução simbólica e reconstrução de pertencimento.
Conclui-se que as escolas precisam consolidar práticas contínuas que integrem o patrimônio artístico africano ao cotidiano pedagógico, garantindo que estudantes da maior metrópole do país vivenciem experiências significativas e representativas.
PALAVRAS-CHAVE: Artes Africanas. Educação Antirracista. Currículo da Cidade. Racismo Estrutural. Identidade.

ABSTRACT
This article discusses the relevance of teaching African Arts in schools in the São Paulo Municipal Network, analyzing historical, social and pedagogical foundations that consolidate anti-racist education as a guiding principle of school practices.
In light of Law No. 10,639/2003, the BNCC and the Curriculum of the City of São Paulo, we examine how the teaching of African artistic languages contributes to combating structural racism, expanding cultural repertoires, valuing black identities and promoting an aesthetic and critical formation of children and young people.
From authors such as Fanon, Mbembe, Sodré, Hooks, Luduvice, Ribeiro and Kilomba, the understanding of the role of art as a tool for symbolic deconstruction and reconstruction of belonging is deepened. It is concluded that schools need to consolidate continuous practices that integrate African artistic heritage into everyday teaching, ensuring that students from the country's largest metropolis experience meaningful and representative experiences.
KEY-WORDS: African Arts. Anti-Racist Education. City Curriculum. Structural Racism. Identity.

1. INTRODUÇÃO

O ensino de Artes Africanas constitui um campo estratégico para a construção de uma escola comprometida com a diversidade cultural, com o enfrentamento ao racismo e com a formação integral dos sujeitos. No Brasil, a herança africana é constitutiva da sociedade; porém, historicamente, essa presença foi marginalizada ou estereotipada nos currículos escolares. Como aponta Munanga (2005), a escola brasileira, ao reproduzir uma narrativa eurocêntrica, apagou práticas e saberes fundamentais de civilizações africanas.
Nas últimas décadas, no entanto, políticas educacionais avançaram significativamente. A Lei nº 10.639/2003 marca uma inflexão histórica, exigindo que a escola reconheça a contribuição africana para ciência, história, filosofia e artes. Em São Paulo, o Currículo da Cidade de São Paulo reafirma esse compromisso, destacando que o território, a representatividade e o diálogo com a diversidade são pilares da formação estética dos estudantes.
Este artigo amplia o debate, analisando autores clássicos e contemporâneos, aprofundando as dimensões identitárias, políticas e pedagógicas implicadas no ensino das artes africanas.

2. ARTE COMO PARTE DA NOSSA HISTÓRIA

2.1 Arte, cultura e identidade: uma perspectiva ampliada

A arte é linguagem, mas é também memória, política e ancestralidade. Hooks (1995)

argumenta que a produção cultural negra tem papel central na luta contra opressões estruturais. Para ela, a arte é ato de reivindicação de humanidade e de construção de subjetividade.

Frantz Fanon (2008), ao analisar os efeitos psicológicos do colonialismo, demonstra que a inferiorização estética do povo negro é um mecanismo de dominação. Assim, valorizar a arte africana no currículo é uma ação política de reparação e reconstrução simbólica.

Achille Mbembe (2017) contribui para essa análise ao afirmar que a descolonização do imaginário exige ressignificar referências culturais, permitindo que sujeitos negros ocupem o centro de suas próprias narrativas.

2.2 Contribuições de estudiosos brasileiros

No contexto brasileiro, autores como Abdias do Nascimento (1980), Lélia Gonzalez (1988), Neusa Santos Souza (1983), Djamila Ribeiro (2017) e Grada Kilomba (2019) aprofundam o debate sobre identidade, colonialidade e estética.

• Abdias do Nascimento ressalta a centralidade das manifestações culturais africanas no processo de resistência e afirmação do povo negro, mostrando que a arte é um território político de preservação da memória e de projeção de futuros possíveis.

• Lélia Gonzalez destaca o impacto da amefricanidade como estrutura cultural viva no Brasil, revelando que a identidade brasileira é indissociável das matrizes africanas e indígenas, compreensão fundamental para combater visões eurocentradas no currículo escolar.

• Neusa Santos Souza evidencia como a não representatividade afeta processos subjetivos e escolares, demonstrando que estudantes negros, quando não se reconhecem nas referências culturais, tendem a desenvolver sentimentos de inadequação e baixa autoestima.

• Djamila Ribeiro aponta a necessidade da representatividade para que indivíduos negros se percebam como produtores de cultura e conhecimento, e não apenas como objetos de estudo ou figuras folclóricas.

• Grada Kilomba mostra como o racismo organiza epistemologias, e como a arte pode romper narrativas coloniais ao permitir a emergência de vozes historicamente silenciadas.

A partir desses autores, compreende-se que o ensino de Artes Africanas não é acessório: é essencial à formação humana, pois consegue trabalhar diversas estruturas, tanto intelectuais quanto sociais.

O diálogo com esses referenciais teóricos oferece aos estudantes oportunidades profundas de desenvolvimento cognitivo, estético e sociopolítico:

1. Ampliação do repertório cultural e crítico: O estudo das artes africanas, fundamentado nas interpretações desses intelectuais, permite aos estudantes compreenderem que a história da arte não se limita aos cânones europeus. Essa ampliação de repertório estimula o pensamento crítico, mostrando que a cultura é múltipla, diversa e construída por diferentes povos.
2. Formação de identidades positivas e reconhecimento de si: Para estudantes negros, ver suas referências valorizadas em sala de aula contribui para o fortalecimento da autoestima e para a construção de identidades afirmadas. Já para estudantes não negros, a presença dessas narrativas amplia a capacidade de empatia, reduz estereótipos e corrige distorções históricas.
3. Desnaturalização do racismo estrutural: Os autores destacam como o racismo afeta subjetividades e produz desigualdades. Ao incorporar esse debate no ensino de Arte, os estudantes passam a reconhecer como imagens, representações e discursos moldam percepções sociais e reforçam ou rompem estruturas discriminatórias.
4. Desenvolvimento de competências socioemocionais: O enfoque antirracista fortalece competências como respeito, consciência social, abertura ao diálogo e valorização das diferenças todas presentes na BNCC. A arte torna-se, assim, um espaço privilegiado para exercitar empatia, colaboração e reflexão ética.
5. Produção artística como ferramenta de agência: O contato com as estéticas africanas e afro-diaspóricas incentiva a criação de trabalhos autorais mais livres, críticos e diversos. Os estudantes passam a se perceber como agentes capazes de ressignificar histórias, expressar identidades e produzir

narrativas próprias.

6. Construção de uma cidadania ativa e consciente:

Entender a produção artística africana como parte estrutural da sociedade brasileira promove nos estudantes uma visão de mundo mais ampla, humanizada e comprometida com a justiça social. A escola, assim, contribui para formar sujeitos capazes de atuar de modo transformador na comunidade e na sociedade.

2.3 Artes Africanas: multiplicidade e complexidade

A produção artística africana abrange máscaras, esculturas, tecidos, literatura oral, música, dança, arquitetura, pintura corporal e performances ritualísticas. Thompson (2011) descreve a estética africana como um sistema complexo que articula espiritualidade, política e vida cotidiana.

Segundo Ki-Zerbo (2006), essas expressões artísticas revelam formas próprias de interpretar o mundo, que devem ser reconhecidas no ambiente escolar.

De acordo com dados divulgados em 2024, com base no censo de 2022, a população da cidade de São Paulo totalizava cerca de 11.451.999 habitantes desse total, aproximadamente 4.980.399 pessoas (43,5%) se autodeclaravam pretas ou pardas, ou seja, negras.

Esse contingente representa praticamente metade da população da capital, o que revela a presença significativa de pessoas negras na cidade, muitas delas em idade escolar ou potencialmente beneficiárias das políticas públicas de educação. A adoção de um currículo que valorize as matrizes africanas, portanto, dialoga diretamente com a composição demográfica da comunidade escolar.

Além disso, a proporção de pessoas que se autodeclaram negras (pretas + pardas) tem crescido nas últimas décadas. Entre 2010 e 2022 houve aumento expressivo nessa população, o que confirma um processo de reconfiguração demográfica e reforça a necessidade de práticas educativas antirracistas, afirmativas e culturalmente representativas.

A visibilidade desse segmento majoritário (ou quase majoritário) em termos numéricos mostra que a escola não pode se dar ao luxo de ignorar as identidades culturais afro-brasileiras. Incorporar as expressões artísticas africanas no currículo como propõe o ensino de Artes Africanas passa a ser mais do que uma opção pedagógica ou estética: torna-se um imperativo de justiça social, inclusão e representatividade.

Em contextos urbanos como São Paulo, com diversidade étnico-racial intensa e histórica, a arte afro-afirmativa permite dar voz às narrativas de milhões de pessoas que frequentemente são invisibilizadas pelas estruturas escolares tradicionais. Assim, os dados do IBGE reforçam que a integração das matrizes africanas no ensino de Arte não é apenas relevante, mas essencial para atender a realidade sociocultural da população estudantil.

3. A PERSPECTIVA CURRICULAR: BNCC E CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO

3.1 A BNCC e a educação antirracista

A BNCC (BRASIL, 2018) prevê o desenvolvimento de competências que valorizem a diversidade e promovam o respeito às diferentes culturas, integrando a educação antirracista como parte constitutiva da formação integral dos estudantes. Ao reconhecer a pluralidade cultural brasileira e suas profundas raízes africanas, a Base aponta para a necessidade de que o currículo escolar ultrapasse práticas superficiais ou folclorizadas, assumindo um compromisso pedagógico com a valorização das identidades negras e o enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas pelo racismo.

No componente curricular de Arte, a BNCC estabelece que as matrizes africanas e afro-brasileiras sejam tratadas como conteúdo obrigatório, articuladas às linguagens visuais, à dança, à música e ao teatro. Essa orientação não apenas legitima as produções estéticas e simbólicas dos povos africanos como parte estruturante do patrimônio cultural do país, mas também desloca o olhar eurocêntrico que, por décadas, hegemonizou o ensino de Arte nas escolas brasileiras. A inclusão das expressões artísticas africanas no currículo possibilita que os estudantes tenham contato com outras epistemologias, ampliando compreensões sobre beleza, corporalidade, ritmo, oralidade e espiritualidade presentes nessas culturas.

Além disso, ao promover experiências artísticas que dialogam com conhecimentos de matriz africana, a BNCC favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, consciência social, respeito às diferenças e valorização das identidades coletivas. Esse processo é fundamental para a construção de práticas pedagógicas antirracistas, uma vez que permite desconstruir estereótipos, ampliar repertórios culturais e fortalecer a autoestima de crianças negras, historicamente invisibilizadas nos espaços escolares.

A abordagem proposta pela BNCC, portanto, não trata apenas da inserção de conteúdos, mas da consolidação de uma perspectiva de ensino que reconhece e respeita a contribuição dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira perspectiva essa essencial para a promoção da justiça racial, do pluralismo cultural e de uma educação comprometida com os direitos humanos.

3.2 O Currículo da Cidade: princípios e diretrizes

O Currículo da Cidade – Arte (SÃO PAULO, 2019) afirma que o ensino de Arte deve contemplar expressões culturais não hegemônicas e historicamente silenciadas, valorizando produções que constituem a pluralidade da cidade. Essa diretriz rompe com uma visão eurocentrada da Arte escolar e propõe uma abordagem que reconhece a cidade como território multicultural, onde diferentes epistemologias e estéticas coexistem e se influenciam mutuamente. Entre os princípios destacados, estão:

• Território como construtor de identidade: Ao reconhecer o território como espaço vivo de produção simbólica, o Currículo indica que os estudantes devem compreender a arte presente em suas comunidades, nas manifestações culturais negras, indígenas e periféricas, como parte legítima do patrimônio cultural. Isso permite que o aluno perceba sua própria história e a de seu bairro como elementos constitutivos de sua formação estética.

• Valorização da diversidade: O documento estabelece que o ensino de Arte deve criar condições reais para que diferentes matrizes culturais sejam estudadas, apreciadas e produzidas. Essa perspectiva fomenta o respeito às diferenças e amplia a noção de pertencimento, uma vez que os estudantes se reconhecem em múltiplas narrativas e repertórios.

• Acesso à produção artística de grupos periféricos, afro-brasileiros e indígenas: O Currículo enfatiza que o acesso a essas produções não deve ocorrer apenas como exemplificação, mas como conhecimento estruturante. Isso significa incluir artistas, coletivos periféricos, mestres tradicionais, griôs, produtores culturais negros e indígenas como referências legítimas no planejamento pedagógico. Tal movimento contribui para construir uma educação decolonial, que questiona hierarquias artificiais entre saberes.

• Conexão entre saberes escolares e experiências comunitárias: O currículo orienta que os processos criativos dialoguem com vivências reais dos estudantes, promovendo projetos que valorizem festas locais, tradições orais, práticas de terreiro, danças populares e outras expressões culturais do território. Assim, a escola deixa de ser um espaço isolado da vida e passa a atuar como mediadora entre cultura local, produção artística e formação cidadã.

O Currículo da Cidade – Educação Étnico-Racial (2021) aprofunda esse compromisso ao propor que o combate ao racismo deve atravessar todas as áreas do conhecimento, e não apenas História ou Arte. A educação étnico-racial torna-se, portanto, eixo transversal da prática pedagógica, o que implica repensar materiais didáticos, metodologias, seleção de artistas, perspectivas de análise e formas de avaliação. O documento reforça que professores de todas as áreas devem incorporar referências africanas, afro-brasileiras e indígenas de maneira ética e fundamentada, evitando folclorizações ou abordagens pontuais restritas ao Dia da Consciência Negra.

Além disso, o Currículo orienta que a escola desenvolva ações que enfrentem o racismo institucional, promovendo relações pedagógicas sustentadas em justiça, igualdade, representatividade e reparação histórica. Essa abordagem amplia o papel da Arte como campo epistemológico capaz de produzir outras formas de ver, sentir e compreender o mundo, contribuindo para a formação de

sujeitos críticos, criativos e conscientes de seu lugar na sociedade.

3.3 A realidade paulistana como território afro-diaspórico

São Paulo abriga uma das maiores populações negras do país, e sua produção cultural onde vemos o samba, maracatu, hip-hop, literatura marginal, teatro negro, música afro-brasileira é profundamente marcada por matrizes africanas. Incorporar essas práticas ao currículo significa ler a cidade como uma sala de aula viva, onde as linguagens artísticas negras não apenas existem, mas estruturam modos de vida, símbolos, pertencimentos e resistências.

Além disso, muitos estudantes da Rede Municipal vivem em bairros onde a presença negra é majoritária, conforme levantamentos do IBGE e da Fundação Seade. Regiões como Capão Redondo, Jardim Ângela, Cidade Ademar, Itaquera, Brasilândia, São Mateus, Sapopemba e Parelheiros constituem territórios urbanos em que a cultura afro-diaspórica se manifesta em festas populares, coletivos culturais, grafites, performances de slam, grupos de percussão, movimentos de juventude negra e práticas religiosas de matriz africana. Assim, os estudantes já convivem diariamente com expressões artísticas que têm raízes africanas em que a escola, portanto, precisa reconhecer, valorizar e problematizar essas vivências.

O território paulistano é também espaço de sobrevivência, luta e reinvenção da população negra. A presença de blocos afro, rodas de capoeira, terreiros, ensaios de escolas de samba, saraus periféricos e movimentos culturais de juventude transforma a cidade em laboratório vivo de estéticas e epistemologias afro-brasileiras. Para muitos jovens, essas manifestações representam não apenas arte, mas redes de afeto, cuidado comunitário, proteção territorial e afirmação identitária. Quando a escola integra esses elementos em suas práticas pedagógicas, ela aproxima o currículo da vida dos estudantes, tornando a aprendizagem mais significativa.

Além disso, experiências culturais como o Sarau da Cooperifa, os slams de poesia, os coletivos de dança urbana, o grafite e o rap são patrimônios contemporâneos que expressam as dores, conquistas e narrativas da juventude negra paulistana. Reconhecê-los como referências artísticas de alto valor formativo permite que os estudantes se vejam como produtores de cultura, e não apenas consumidores.

Ao assumir São Paulo como território afro-diaspórico, a escola amplia sua potência transformadora: ela passa a compreender que ensinar Artes Africanas não é apenas inserir conteúdos, mas promover uma leitura crítica da cidade, de seus corpos, de suas desigualdades e de suas potências criativas. Assim, os estudantes podem compreender a si mesmos como parte de um processo histórico mais amplo, ressignificando sua relação com a escola, com a arte e com sua própria identidade.

4. O ENSINO DE ARTES AFRICANAS NAS ESCOLAS: DIMENSÕES PEDAGÓGICAS

4.1 Representatividade, pertencimento e autoestima

A escola desempenha papel crucial na constituição das identidades. Como afirma Neusa Santos Souza (1983), a ausência de referências positivas impacta a forma como sujeitos negros se percebem. O ensino de Artes Africanas permite:

- o reconhecimento da estética negra como válida e bela;
- a desconstrução de estereótipos;
- a construção de pertencimento a um legado cultural valorizado.

4.2 Processos de criação e leitura de mundo

O trabalho com Artes Africanas possibilita aos estudantes não apenas a experimentação de técnicas como adinkras, batik, tingas, grafismos, esculturas em argila e produção de tambores, mas também o mergulho em sistemas simbólicos complexos que articulam história, espiritualidade e cosmologias africanas. Essas práticas permitem que os alunos compreendam que cada gesto, forma e padrão visual carrega narrativas ancestrais de resistência, memória e coletividade. A leitura crítica de imagens e símbolos de matriz africana contribui para ampliar repertórios estéticos e desenvolver competências de análise cultural, mostrando que a arte não é neutra: ela expressa disputas de poder, afirma identidades e denuncia desigualdades.

Ao reconhecer a arte como manifestação política, os estudantes compreendem que

suas próprias produções também podem ser instrumentos de crítica social, valorização de suas raízes e defesa dos direitos humanos. Bell Hooks (2001) lembra que criar é também resistir, e, nesse sentido, práticas artísticas no ambiente escolar podem incentivar os alunos a interpretarem e transformar seu território, seja ao representar sua comunidade, denunciar violências cotidianas ou celebrar heranças afro-diaspóricas presentes na Cidade de São Paulo.

Assim, o ensino de Artes Africanas torna-se estratégia pedagógica para fortalecer autoestima, protagonismo juvenil e consciência crítica, ao mesmo tempo em que promove uma educação esteticamente significativa e socialmente comprometida.

4.3 Articulação com coletivos e instituições culturais negras

A cidade de São Paulo possui importantes espaços de referência, como:

- Instituto Itaú Cultural – acervo afro-diaspórico;
- Núcleo de Artes Afro-brasileiras;
- Grupos de maracatu e afoxés da zona sul;
- Coletivos de artistas visuais negros.

A articulação da escola com esses espaços amplia repertórios e fortalece a circulação de saberes.

5. Desafios Estruturais e de Formação Docente

Apesar das diretrizes curriculares, ainda existem obstáculos:

- fragilidade na formação inicial de professores;
- falta de materiais específicos;
- currículo oculto que ainda reforça a centralidade europeia;
- ausência de políticas permanentes de combate ao racismo;
- dificuldade de compreender a complexidade da arte africana além de atividades folclorizadas.

Autores como Petronilha Gonçalves (2020) e Nilma Gomes (2017) defendem que a formação docente deve incluir debates sobre epistemologias negras, história da África e práticas antirracistas.

Dessa forma, ao integrar representatividade, processos criativos significativos e articulações com coletivos culturais negros, a escola amplia sua capacidade de formar sujeitos conscientes, críticos e afetivamente fortalecidos. As Artes Africanas deixam de ser tratadas como conteúdo periférico e passam a constituir eixo estruturante de uma educação que valoriza identidades, reconhece a potência dos territórios e rompe com silenciamentos históricos. Entretanto, para que esse projeto se concretize, é indispensável investir na formação continuada dos docentes, na criação de políticas duradouras e na revisão das práticas pedagógicas que ainda reproduzem narrativas eurocentradas.

Somente assim será possível garantir que todos os estudantes da Cidade de São Paulo tenham acesso a uma educação antirracista, estética e politicamente comprometida com a transformação social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Artes Africanas nas escolas de São Paulo transcende o cumprimento da legislação: é uma necessidade social, cultural e ética. Como demonstram os autores analisados, a arte é campo de disputa simbólica, e sua presença no currículo deve romper com a lógica da marginalização histórica. O Currículo da Cidade sinaliza um caminho potente, mas é preciso consolidar práticas permanentes, interdisciplinares e articuladas com o território.

Ao incorporar as artes africanas suas estéticas, filosofias, ritmos e narrativas, a escola reafirma seu compromisso com a democracia, com a representatividade e com a formação de sujeitos críticos capazes de reconhecer a si mesmos e ao outro como parte de uma história coletiva plural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC, 2004.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz. Educação

das Relações Étnico-Raciais: desafios e perspectivas. Brasília: MEC, 2020.
GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. São Paulo: Selo Negro, 2017.
HOOKS, Bell. Anseios: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019.
KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019.
KI-ZERBO, Joseph. História da África. São Paulo: Ática, 2006.
MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. São Paulo: N-1, 2017.
MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.
NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 1980.
RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.
SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Arte. São Paulo: SME, 2019.
SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Étnico-Racial. São Paulo: SME, 2021.
SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade – Ensino Fundamental (2022). São Paulo: SME, 2022.
THOMPSON, Robert Farris. A arte da tradição africana. São Paulo: Edusp, 2011.
SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.